

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.943 - SP (2019/0100518-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A
ADVOGADOS : ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) - SP082329
RICARDO BRITO COSTA - SP173508
AGRAVADO : AUTO POSTO TOSCANA LTDA
AGRAVADO : BENJAMIN BERTON
AGRAVADO : ZILDA ANGELA CAMPEZZI BERTON
AGRAVADO : DANIEL AURELIO LOPES
AGRAVADO : ADRIANA CLAUDIA PIRES DA SILVA
AGRAVADO : NELSON LOPES
AGRAVADO : ESTILO DE DEGUSTAR RESTAURANTE LTDA - EMPRESA DE
PEQUENO PORTE
AGRAVADO : ANTONIO JOSE DA SILVA
AGRAVADO : MARIA DO SOCORRO AGUIAR DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

" AGRADO DE INSTRUMENTO - INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INC. III DO ART. 1015 CPC - PREJUDICIALIDADE EXTERNA DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO" (fl. 276 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, além de divergência jurisprudencial, a agravante alegou violação dos arts. 55, 784 e 1.022 do Código de Processo Civil d 2015.

Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e que a situação descrita nos autos não se encaixa nas hipóteses de conexão entre os processos de execução e rescisão contratual, pois

"(...) tratando-se de ação de execução que remete ao Contrato de mútuo, título executivo por si, na qual se pretende o pagamento da dívida vencida, é evidente que o pedido formulado por meio desta independe do pedido formulado na ação de rescisão que envolve o Contrato de Posto Revendedor, sendo inexistente a identidade entre os pedidos ou causa de pedir e o risco de prolação de decisões conflitantes" (fl. 320 e-STJ).

Afirmou que

"(...) Mostra-se importante observar que a ação de

conhecimento ajuizada pela RAÍZEN se trata de ação movida em face da empresa Auto Posto Toscana Ltda. com o objetivo de rescindir o Contrato de Posto Revendedor por descumprimento contratual e condená-la ao pagamento de perdas e danos a serem apurados em liquidação de sentença.

45. Já na ação de execução, requer-se simplesmente o pagamento do empréstimo a partir do vencimento antecipado do contrato, que se operou com a interrupção de aquisição de combustíveis pelo Posto Recorrido. Ora, não importa aqui, o motivo pelo qual o Posto Recorrido cessou as compras!" (fl. 321 e-STJ).

Sem as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, no tocante à violação arts. 1.022 do CPC/2015 verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Nesse sentido:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. VENCEDOR DA LIDE CONDENADO AO PAGAMENTO DE CUSTAS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. MULTA AFASTADA.

1. Ação de reparação de danos materiais e compensação de danos morais, em virtude da constatação de presença de corpo estranho no interior de garrafa de suco adquirida para consumo.

2. Ação ajuizada em 10/07/2014. Recurso especial concluso ao gabinete em 07/11/2017. Julgamento: CPC/2015.
3. O propósito recursal, a par de analisar acerca da ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, é definir se a recorrente (vencedora da lide) deve ser condenada ao pagamento das custas recursais.
4. **Não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.**
5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.
6. Aquele que vence não deve sofrer prejuízo por causa do processo.
7. Afasta-se a multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 quando não se caracteriza o intento protelatório na oposição dos embargos de declaração.
8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido" (REsp 1703356/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.
2. **Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.**
3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.
4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declarando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, o não acolhimento das teses ventiladas pelo recorrente não significa omissão ou deficiência de fundamentação da decisão, ainda mais quando o aresto aborda todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

3. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.

4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.

6. Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido" (AgInt no AREsp 1.033.786/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 20/6/2017 – grifou-se).

No que concerne à alegada inexistência de conexão entre as demandas indicadas pela recorrente (processos de execução e rescisão contratual), ao contrário do que afirma em suas razões, o tribunal de origem concluiu que existe risco de decisões conflitantes, pois

"(...) mesmo que se tratem de contratos distintos, tem a ação de conhecimento por objeto a mesma relação jurídica de direito material que confere lastro à execução, de modo que é contraproducente continuar a execução sem que seja decidida a ação de conhecimento na qual se debate justamente a matéria de fundo do título" (fl. 308 e-STJ).

Eis o excerto do voto condutor do acórdão recorrido:

"(...)

A Agravante argumenta que a exequibilidade do contrato de mútuo, objeto da ação de execução, independe de prévia intimação, declaração judicial ou extrajudicial, no caso do Posto Agravado revender produtos provenientes de outras fontes supridoras que não a Agravante, conforme previsão contratual.

Referido contrato de mútuo, no entanto, tem por objeto empréstimo cujo escopo seria possibilitar o empreendimento e consecução das atividades previstas no contrato de posto revendedor firmado na mesma data entre as partes e que, por sua vez, é discutido em ação de conhecimento.

Superior Tribunal de Justiça

Ora, mesmo que tratem de contratos distintos, tem a ação de conhecimento por objeto a mesma relação jurídica de direito material que confere lastro à execução em estudo, sendo coincidente a causa remota de pedir. Desse modo, caso sejam proferidas decisões conflitantes em cada um deles, criar-se-á situação de insegurança jurídica inadmissível no Estado Democrático de Direito.

Ademais, o pacto do qual a Agravante se vale como título é passível de alegação de contrato não cumprido, posto que admite prova em contrário. Falta-lhe, assim, força executiva" (fl. 278 e-STJ).

Nesse contexto, a pretensão de desconstituir a conclusão da Corte local de existência de conexão no caso em apreço, demanda o reexame de matéria fático-probatória, tarefa para a qual, como consabido, não se presta a via do recurso especial, nos termos do que dispõe Súmula nº 7/STJ: "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial, mas negar-lhe provimento.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015), visto que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator